

ICMB

9 - Ano 11 – 5 de abril de 2019

Servidores participam de
intercâmbio sobre manejo
integrado do fogo

Ex-caçadores tornam-se parceiros da natureza

O Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí, divulgou o resultado do I Concurso Caçadores de Fotografia. A premiação, que ocorreu no dia 22 de março, teve como vencedores Waltércio Torres (1º), José Nilton (2º) e Anísio de Sousa (3º). O primeiro colocado ganhou uma máquina fotográfica; o segundo, R\$ 200 reais; e o terceiro, R\$ 100, além de livros com imagens da Caatinga. Contudo, os vencedores decidiram doar o prêmio para custear uma viagem dos internos da comunidade terapêutica Nova Vida até a cidade de São João do Piauí para uma partida de futebol. Os prêmios foram todos doados pelo ambientalista João Freitas.

Ao todo, 16 ex-caçadores participaram do concurso que foi promovido por meio da página de Facebook da unidade de conservação. Conforme conta a chefe do Parque Nacional da Serra da Capivara, Marian Helen Rodrigues, as fotos foram postadas com as histórias de cada ex-caçador para que o público conhecesse o caminho que cada um percorreu até ali.

Segundo Marian, a singularidade do patrimônio cultural e natural do parque torna necessária a criação de um contexto contínuo de integração comunitária à conservação e valorização do meio ambiente cultural, pois somente por meio de reconhecimento e do respeito à natureza, aos animais e entendendo que a caça predatória, além de ser criminosa, afeta drasticamente o ecossistema, a comunidade irá desenvolver o sentimento de preservação. “Por isso, em vez de matar o animal, a opção é imortalizar em fotografia, trocando armas por câmeras fotográficas”, destacou.

Em junho, quando o parque fará 40 anos de criação, será organizado uma exposição

com as fotos de todos os participantes. A gestão ainda pretende realizar quatro concursos por ano, sempre abrangendo mais pessoas do entorno do parque, pois a unidade possui muitos assentamentos no entorno e há o desejo de desenvolver um trabalho intensivo de sensibilização nessas comunidades.

DE EX-CAÇADORES A PARCEIROS DA NATUREZA

Na adolescência, Waltércio Torres, vencedor do concurso, caçava por esporte animais de pequeno porte, como aves e preás. Parou com a prática quando começou a trabalhar no parque, pois, segundo ele, viu no olhar dos animais a sua inocência. José Nilton Pereira, o segundo colocado, é natural de São Raimundo Nonato, um dos municípios vizinhos do parque. Conta que era autodidata na caça de animais silvestres. Aos poucos, ele perdeu a vontade de caçar e hoje quer ajudar na preservação. Anísio de Sousa ficou em terceiro lugar. Ele nasceu em Floriano (PI) e aprendeu a caçar com o pai, mas não se sentia muito bem com a prática e há dez anos parou de caçar.



Em evento no parque, participantes foram premiados

ODS relacionados



Parceria ICMBio e Marinha beneficia pescadores



Pescadores foram atendidos por profissionais da Marinha

Uma parceria entre a gestão integrada da APA de Guapi-mirim e da Esec da Guanabara com a Marinha do Brasil beneficiou pescadores artesanais e condutores aquáticos da baía de Guanabara, no Rio de Janeiro.

No dia 20 de março, os representantes da Marinha realizaram 38 atendimentos nas unidades de conservação. Eles elaboraram novos registros de embarcações e renovações, além da renovação de carteiras de habilitação aquática. Na oportunidade, também foram distribuídos materiais sobre segurança na navegação. Segundo os gestores das unidades de conservação, a ação é de grande importância social e econômica.

A pescadora e condutora de visitantes Nazareth Fermiano, 44 anos, ficou feliz de final-

mente poder ter o documento do seu ‘Esperança’ regularizado para levar passageiros para passeios na baía de Guanabara. “Eu ficava com medo da fiscalização, mas a gente precisa pagar as contas e eu ia assim mesmo. Agora vai ficar tudo direito. Vou ter o registro do meu barquinho!”, ressaltou entusiasmada.

PARCERIA

A gestão integrada das unidades de conservação conseguiu demonstrar à Marinha a importância social e econômica que as unidades

têm na região, o que resultou na ação para apoiar os pescadores da área. A maioria dos pescadores artesanais da região afirmava ter medo da fiscalização da Capitania dos Portos por não possuírem registro da embarcação já que o documento custa cerca de R\$ 200 entre transporte e pagamento de taxas.

O sentimento de satisfação também foi de quem veio atender. Um dos representantes da Marinha, acostumado a ser requisitado a fazer o trabalho em clubes, comentou: “Eu não tinha ideia que tinha tanta gente que trabalhava aqui ‘atrás’, na Baía de Guanabara. Gente que precisa mesmo que venhamos. E nem sabia sobre esse manguezal bonito daqui”. Cabo Paulino perguntou algumas vezes: “Podemos voltar mais vezes aqui? Hoje sentimos mais que nosso trabalho foi importante”.

ODS relacionados



Oficinas discutem plano de uso público da Costa dos Corais

De 19 a 21 de março, o ICMBio Costa dos Corais realizou oficinas de discussão do Plano de Uso Público da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais, em Maragogi (AL). O documento está sendo feito pela consultoria contratada Plantuc-Projetos Socioambientais.

As oficinas tiveram como objetivo central a discussão sobre as normas da visitação direcionadas para cada atividade do turismo, a fim de minimizar os impactos negativos para a unidade de conservação e garantir o sucesso do segmento econômico na geração de emprego e renda. O encontro totalizou 168 participantes e, com a utilização de ferramentas metodológicas, tornou possível o envolvimento de todos.

Os eventos contaram com a participação de diversos atores que dependem diretamente dos recursos gerados a partir da visitação, como donos de embarcações (jangadas, lanchas, catamarãs), marinheiros, fotógrafos subaquáticos, operadores de mergulho e mergulhadores, além dos gestores públicos dos diversos muni-

cípios inseridos na APA, de órgãos estaduais e da Capitania dos Portos de Alagoas.

Foram seis oficinas realizadas, cada uma para discussão de um tema: gestores públicos, passeio das piscinas naturais, passeio de estuário, atividades desembarcadas, mergulho autônomo e passeio de orla. A participação de representantes da Capitania de Alagoas em todas as oficinas foi um dos importantes destaques dos eventos. Com isso foi possível que esclarecimentos sobre normas de navegação fossem feitos em tempo real, evidenciando uma parceria cada vez mais efetiva na construção dos regramentos da unidade de conservação.

Segundo Eduardo Almeida, analista ambiental e ponto focal de Uso Público da APA Costa dos Corais, as oficinas separadas por atividade foram muito produtivas, pois possibilitaram discussões específicas, oportunizando aos atores e ao ICMBio a construção coletiva das normas de visitação. Além disso, ficou claro o interesse comum de todos os envolvidos em praticar as atividades de forma responsável na busca da sustentabilidade.



ODS relacionados



Oficinas temáticas envolveram diversos atores

CMA participa da soltura de 12 peixes-bois amazônicos



O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos (CMA) participou, entre os dias 22 e 25 de março, da reintrodução de 12 peixes-boi amazônicos (*Trichechus inunguis*), superando o ano anterior, quando 10 espécimes foram soltos. A soltura foi realizada pelo Instituto de Pesquisa Amazônica (Inpa) e a Associação Amigos do Peixe-Boi (Ampa) e faz parte de uma das ações prioritárias do Plano de Ação Nacional para Conservação (PAN) de Mamíferos Aquáticos Amazônicos, coordenado pelo CMA.

Vítimas da caça ilegal, os 12 animais ficaram sob cuidado do Inpa, fazendo parte do Programa de Reintrodução de Peixe-boi Amazônico. Após algum tempo em cativeiro, eles foram transferidos para um "semicativeiro", onde ficaram por um período de 6 a 12 meses, tempo que serviu de preparação para serem reintroduzidos.

Posteriormente, os animais selecionados para soltura foram transferidos para piscinas de fibras alocadas na embarcação onde seriam transportados. Junto com uma equipe de cerca de 30 pessoas, compostas por tratadores e pesquisadores (biólogos e veterinários), seguiram viagem a Itapuru, comunidade pertencente à Reserva de Desenvolvimento

Sustentável Pigaçu-Purus, onde integrantes da Ampa esperavam com a comunidade para recepcionar os animais.

Os comunitários tiveram a oportunidade de observar os peixes-boi e esclarecer dúvidas sobre seus hábitos. Segundo os monitores da Ampa, a atividade de "boas-vindas" dos animais à comunidade local é um instrumento de educação ambiental que proporcionou uma mudança no hábito dos pescadores locais, que, ao invés de caçar o peixe-boi, passaram a apoiar a conservação da espécie.

O barco seguiu viagem, pelos afluentes do rio Solimões, onde os peixes-boi foram reintroduzidos. Nesta época do ano, o curso d'água está em seu período de cheia, gerando uma maior disposição de alimentos para os animais. Dos 12 espécimes, quatro receberam cintos com radiotransmissores, que irão gerar dados importantes para os pesquisadores trabalharem a conservação da espécie.

O Inpa já reintroduziu 24 peixes-boi amazônicos, o que é uma ação prevista no PAN Mamíferos Aquáticos. Segundo a instituição, esse número tende a aumentar devido à expectativa de 14 espécimes serem soltos em 2020.



ODS relacionados



Comunidades e instituições buscam soluções para reduzir queimadas

Reduzir os impactos do uso do fogo em áreas de conservação e construir um sistema de alerta a incêndios que tenha o protagonismo das comunidades locais são os objetivos de um novo projeto que chega à região do Tapajós. O trabalho foi apresentado e discutido nos dias 29 e 30 de março com as comunidades e instituições que vivem e atuam na Floresta Nacional do Tapajós e na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (PA).

O projeto, denominado Sem Flama, vai promover a articulação e o debate entre populações locais, pesquisadores e gestores públicos para a construção de soluções para reduzir e evitar os incêndios florestais nas duas unidades de conservação.

Atualmente, a Flona do Tapajós reúne cerca de quatro mil moradores distribuídos em 21 comunidades e três aldeias indígenas. Já na Resex Tapajós-Arapiuns residem em torno 27 mil pessoas, distribuídas em 70 comunidades.

A pesquisadora Joice Ferreira, da Embrapa Amazônia Oriental, explica que as práticas tradicionais dessas populações aliadas às mudanças no clima e à degradação de florestas tornam o uso do fogo no preparo de pequenas áreas, quando não controlado, uma ameaça à floresta. O exemplo dessa situação foi o incêndio de 2015, que queimou cerca de um milhão de hectares na região do Tapajós.

“O fogo nessa região tem causas ambientais e sociais, por isso nossa intenção é trabalhar com a pesquisa-ação, desenvolvendo estudos locais, mas também construindo soluções junto com as comunidades. Isso por-



Acervo Flona do Tapajós

Projeto Sem Flama é apresentado aos comunitários

que o uso do fogo em pequena escala e no interior da floresta é difícil de ser detectado pelos satélites”, relata a pesquisadora.

Isso significa que, ao mesmo tempo que os especialistas vão medir e avaliar os impactos do fogo na fauna, flora, biodiversidade e na sobrevivência e cultura da população, vão construir e propor junto com a comunidade práticas alternativas ao uso do fogo e um sistema de monitoramento e alerta de incêndios.

O projeto Sem Flama tem duração de quatro anos e é coordenado pela Embrapa Amazônia Oriental com financiamento do CNPq. Participam da iniciativa as associações das comunidades locais, ICMBio, Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden), universidades brasileiras e estrangeiras (UFPA, Ufra, UNB, Cambridge, Lancaster, Manchester e Oxford), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (Inpe) e Centro Francês de Pesquisa Agrícola para o Desenvolvimento Internacional (Cirad).

ODS relacionados



www.icmbio.gov.br

ICMBio Alcatrazes realiza expedição de manejo e monitoramento de coral-sol

Entre os dias 19 e 21 de março, o ICMBio Alcatrazes realizou a 4ª Expedição de Manejo e Monitoramento de Coral-Sol no Arquipélago dos Alcatrazes, atualmente protegido pela Estação Ecológica Tupinambás e o Refúgio de Vida Silvestre de Alcatrazes (SP). A ação contou com a presença de oito voluntários, quatro servidores e os cinco tripulantes da embarcação Netuno V, que deu apoio logístico durante a permanência no arquipélago, viabilizado pela parceria do ICMBio Alcatrazes junto a WWF-Brasil.

Os mergulhos para manejo de coral-sol são realizados em duplas, que localizam os pare-dões com focos das espécies exóticas, iniciam a retirada das colônias por meio de marreta e ponteira e armazenam o material coletado em samburás. Ao fim de cada mergulho, a dupla pesa a quantidade de coral-sol retirada e conta o número de colônias, independentemente do tamanho (número de pólipos). Durante estes três dias de trabalho, foram retirados 182 kg de coral-sol, totalizando 23.962 colônias, durante os 144 mergulhos realizados

As espécies de coral-sol *Tubastraea coccinea* e *Tubastraea tagusensis* foram acidentalmente introduzidas no Brasil nas décadas de 1980 e 1990. Atualmente, já existem registros em mais de sete estados e 20 unidades de conservação no País. Essas espécies foram identificadas na Esec Tupinambás em 2011, durante levantamentos de campo para a elaboração do plano de manejo. Diante desse cenário, em 2013, teve início um projeto para mapear a ocorrência dessas espécies e controlar sua população por meio da retirada manual no Arquipélago dos Alcatrazes, sendo atualmente um dos principais focos de monitoramento feito pelo núcleo de gestão integrada.

Desde então, foram realizadas quatro expedições de manejo e monitoramento do coral-sol nas unidades de conservação do ICMBio Alcatrazes, totalizando 27 dias de campo e mais de 250 mil colônias de coral-sol extraídas. Nesse sentido, em 2018, tendo em vista a importância do controle dos corais-sol, o Ministério do Meio Ambiente coordenou a elaboração do Plano Nacional de Prevenção, Controle e Monitoramento do Coral-sol (*Tubastraea* spp.).



Marcelo V. Kitahara



Acervo ICMBio Alcatrazes

Dupla de mergulhadores realiza manejo do coral-sol

A realização da expedição foi possível com o apoio da WWF-Brasil e a colaboração dos voluntários engajados na conservação do Arquipélago dos Alcatrazes.

ODS relacionados



ICMBio realiza intercâmbio sobre manejo integrado do fogo

Carol Barradas



A Esec Serra Geral do Tocantins (TO/BA) recebeu, entre os dias 26 e 31 de março, o primeiro intercâmbio nacional de manejo integrado do fogo (MIF). O evento foi organizado pela Coordenação de Prevenção e Combate a Incêndios (Coin), no âmbito do Plano Anual de Capacitação (PAC) 2019.

Pioneira na implementação do MIF em unidades de conservação, a Esec foi escolhida como palco do primeiro intercâmbio em função da experiência acumulada em queimas prescritas, construção de acordos de gestão e realização de pesquisas científicas sobre o tema. Ela é uma das UCs que vem impulsionando o amadurecimento institucional na abordagem do MIF e que apresenta resultados de gestão inspiradores, como a redução de áreas queimadas anualmente, diminuição do tamanho dos grandes incêndios e redução de gastos em operações de combate.

Além da oportunidade de a equipe da Esec apresentar o histórico e os resultados de ma-

nejo do fogo na UC, o coordenador substituto da COIN, João Morita, falou aos participantes sobre a configuração institucional do macroprocesso Incêndios Florestais, contextualizando o grupo quanto a diretrizes, recursos disponíveis e procedimentos relacionados.

Todos os analistas presentes também puderam compartilhar suas experiências em gestão do fogo, em especial sobre a realização de queimas prescritas, construção de acordos de convivência e combate a incêndios. Essa troca de experiências evidenciou como o MIF tem importante papel na instrumentalização de ações de proteção da biodiversidade e de gestão de conflitos socioambientais nos ecossistemas pirofíticos protegidos pelas unidades.

Além disso, na oportunidade, a palestrante convidada Ana Cláudia Mumbuca, pesquisadora quilombola, instigou os participantes a refletir sobre como conduzir e orientar processos de pesquisa e construção de acordos em respeito aos saberes e modos de vida de povos

e comunidades tradicionais que têm interface territorial com unidades de conservação.

PRÁTICA

O intercâmbio contou também com vivências em campo. Foi possível acompanhar e participar da realização de queimas prescritas protagonizadas pela brigada da Esec em diferentes fisionomias com diversos históricos de queima. “Vivenciar experiências de realização de queima inspira os gestores que estão começando a manejar combustível nas UCs de origem. A prática faz toda diferença para dar segurança às primeiras ignições de queimas prescritas”, avalia Ana Carolina Barradas, uma das facilitadoras do intercâmbio.

O manejo do fogo na Esec Serra Geral do Tocantins é pautado por princípios norteadores do manejo adaptativo, que permitem o aprender fazendo, sendo que seu planejamento e implementação exigem a integração de diversos componentes, ações e expectativas. No eixo do manejo adaptativo, em 2014, a unidade elaborou e implementou seu primeiro Plano de Manejo Integrado do Fogo (PMIF), instrumento operacional dinâmico que, na perspectiva do aprendizado pela prática, deve ser revisto periodicamente, ano a ano, permitindo revisitar as decisões tomadas e ações efetivadas por meio de avaliações continuadas, direcionando, assim, novas ações ante a realidade alterada.

Na realização das queimas prescritas, a gestão da estação ecológica busca construir e manter mosaicos de áreas queimadas, indo ao encontro da teoria amplamente aceita por ecologistas do fogo de que a pirodiversidade promove biodiversidade. Além disso, o MIF na Esec envolve também a colaboração de instituições de pesquisa como forma de manter e alimentar a espiral do manejo adaptativo e integrado do fogo previsto para a UC.

“Antes do MIF, a Esec anualmente sofria com a ocorrência de megaincêndios, que chegavam a queimar mais de 100 mil hectares em

um único evento, no final da estação seca, pressionando severamente a capacidade de resiliência dos ecossistemas. Devido ao MIF, desde 2015, não foi mais registrado nenhum megaincêndio na UC, sendo que, na última temporada, o maior evento de fogo queimou apenas 3 mil hectares. Um evento inédito nos últimos dez anos de registros institucionais”, explica Marco Borges, chefe da unidade.



NOVOS INTERCÂMBIOS

Considerando a necessidade de aprimoramento pessoal e profissional dos servidores do ICMBio em ações de manejo integrado do fogo, a Coin propôs a realização de três intercâmbios no sentido de favorecer a troca de experiências entre as UCs federais. Além deste primeiro, estão previstos outros dois. Em maio será realizado no Parque Nacional dos Campos Amazônicos (RO/MT/AM), cujo processo seletivo está em andamento, e em junho no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (MT).

“Com a ampliação dos entendimentos sobre manejo integrado do fogo ou MIF pelos servidores do ICMBio, faz-se necessário o aprimoramento e a consolidação desse conceito. Uma das estratégias para atender essa necessidade é a realização de intercâmbios em UCs federais que já venham aplicando diferentes ações de manejo”, destacou João Morita, chefe substituto da Coin.

ODS relacionados



Força Nacional vai apoiar ICMBio por mais seis meses

Presente na Amazônia desde outubro de 2018, a Força Nacional deve continuar o apoio às ações de fiscalização do ICMBio por mais seis meses. Em decisão publicada pela Portaria nº 315, do dia 2 de abril, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, a partir do dia 23 de abril, a Força Nacional vai atuar ao lado do ICMBio nas ações de fiscalização na Amazônia contra o desmatamento, a invasão e a grilagem de terras em unidades de conservação.

A Força Nacional está desde outubro com as equipes do ICMBio. Naquela ocasião, os fiscais sofreram retaliações em Caracol, no município do Trairão (PA), durante ação de fiscalização. A instituição perdeu o apoio da polícia paraense e, para que as atividades não fossem interrompidas, o Governo Federal enviou a Força Nacional para a segurança dos agentes em campo. Em março, o ICMBio e a Secretaria de Segurança do Pará assinaram novo termo de cooperação e o trabalho conjunto será retomado.

Em 2019, as atividades fiscalizatórias começaram mais cedo. O foco principal está em coibir as invasões nas unidades de conservação, especialmente na Floresta Nacional do Jamanxim e na Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo. “O trabalho da Força Nacional é importante para garantir a nossa segurança em campo, no trabalho com a abordagem, na segurança com o perímetro e durante a atuação”, informa a gestora da UNA, Maressa Amaral. A UNA é responsável por unidades de conservação na região, como o Parque Nacional do Jamanxim, a Floresta Nacional do Crepori e a Área de Proteção Ambiental de Tapajós, onde ocorrem as fiscalizações.

“O apoio é fundamental porque a Força Nacional atua de forma conjunta no Eixo da BR 163, que é a região com um dos maiores avanços do desmatamento ilegal. A presença coíbe também a grilagem de terras e mostra claramente que a proteção da Amazônia é uma ação de Estado”, afirma o diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação, Luiz Felipe de Luca.

Curtas

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no ICMBio em Foco

A partir desta edição, o leitor pode conferir em cada matéria do ICMBio em Foco como as ações do instituto se relacionam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Para quem não conhece, eles foram estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas e reúnem 17 objetivos globais, detalhados em 169 metas, envolvendo temáticas como erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia,

água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança e meios de implementação. A proposta é que esta agenda seja implementada por todos os países do mundo até 2030. Mais informações em <https://bit.ly/1Qux9g>.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Chamada aberta da revista Ethnoscientia

A Revista Ethnoscientia, publicação digital da Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, lançou a chamada de submissão de trabalhos científicos que versem sobre dimensões espirituais e sagradas da natureza no contexto latino-americano, relacionando as implicações dessas problemáticas para a proteção da diversidade biocultural. A proposta é explorar referenciais teóricos variados e abordagens criativas que integrem aspectos jurídicos, éticos, econômicos, ambientais e culturais, estimulando reflexões na pesquisa etnobiológica e etnoecológica que reconheçam as interfaces dos valores espirituais

nas questões relacionadas à conservação, modos de vida e bem-viver das comunidades e contribuam para inspirar novas formas de entender a relação entre sociedade e natureza. De acesso aberto e gratuito, além de artigos, a revista agrega contribuições em diferentes formatos, como biografias, entrevistas, cartas, manifestos, normativas, resenhas, relatos de caso, criações artísticas, discursos e comunicações breves. O cadastro dos autores e as submissões devem ser feitas diretamente no site da revista, seguindo as normas de publicação disponíveis em www.ethnoscientia.com, até 12 de abril.

Presidente participa de homenagem ao Dia Mundial das Áreas Úmidas

O presidente do ICMBio, Adalberto Eberhard, participou nesta quinta-feira (4) da Sessão Solene em Homenagem ao Dia Mundial das Áreas Úmidas, realizada na Câmara dos Deputados. Na oportunidade, o presiden-

te destacou que não existe área úmida sadia com o entorno doente e falou sobre a conservação de áreas úmidas e sua relação com a saúde pública. O vídeo da sessão solene está disponível em <https://bit.ly/2OQdv4m>.

Parna do Itatiaia recebe doação de área

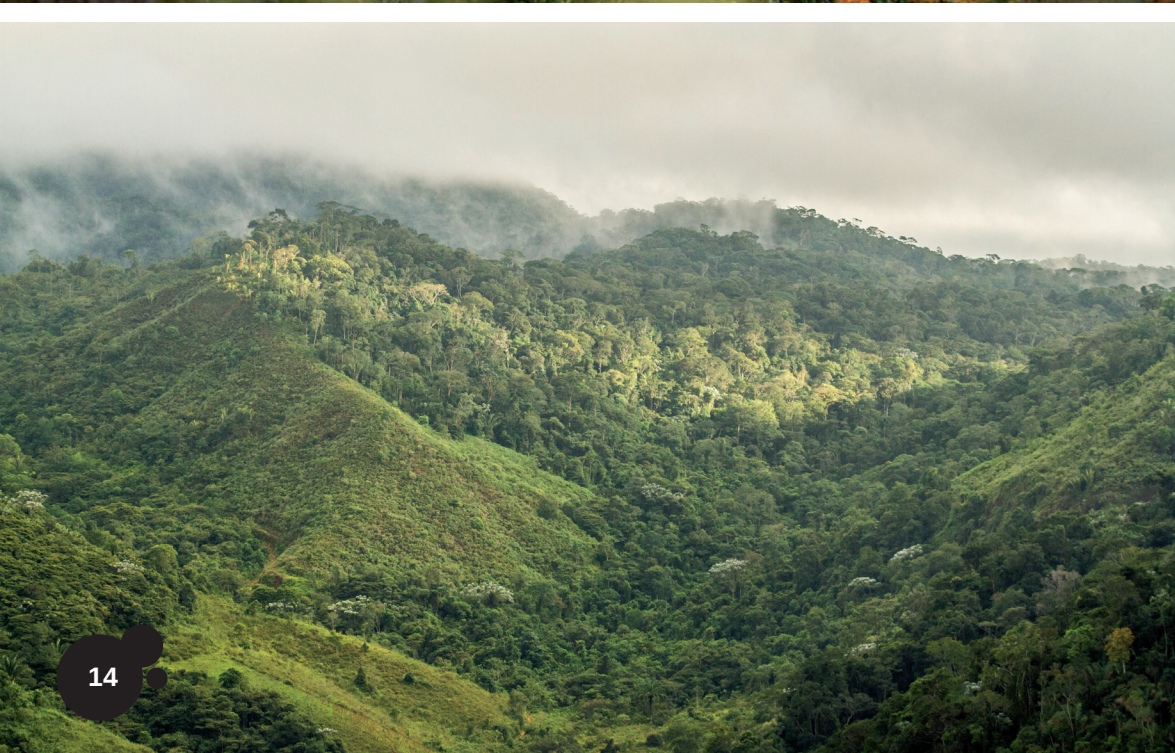
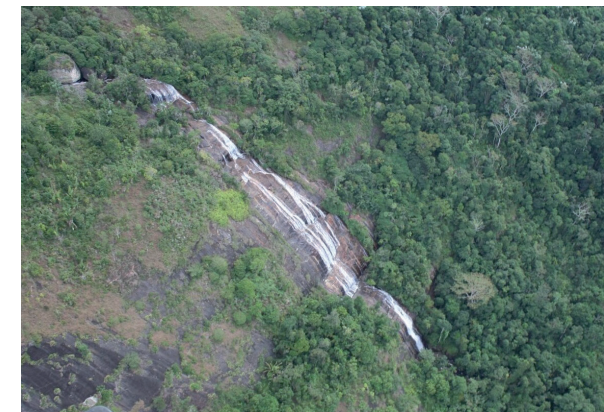
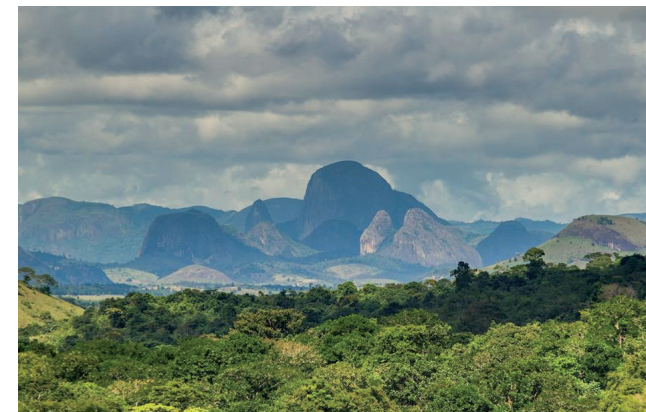
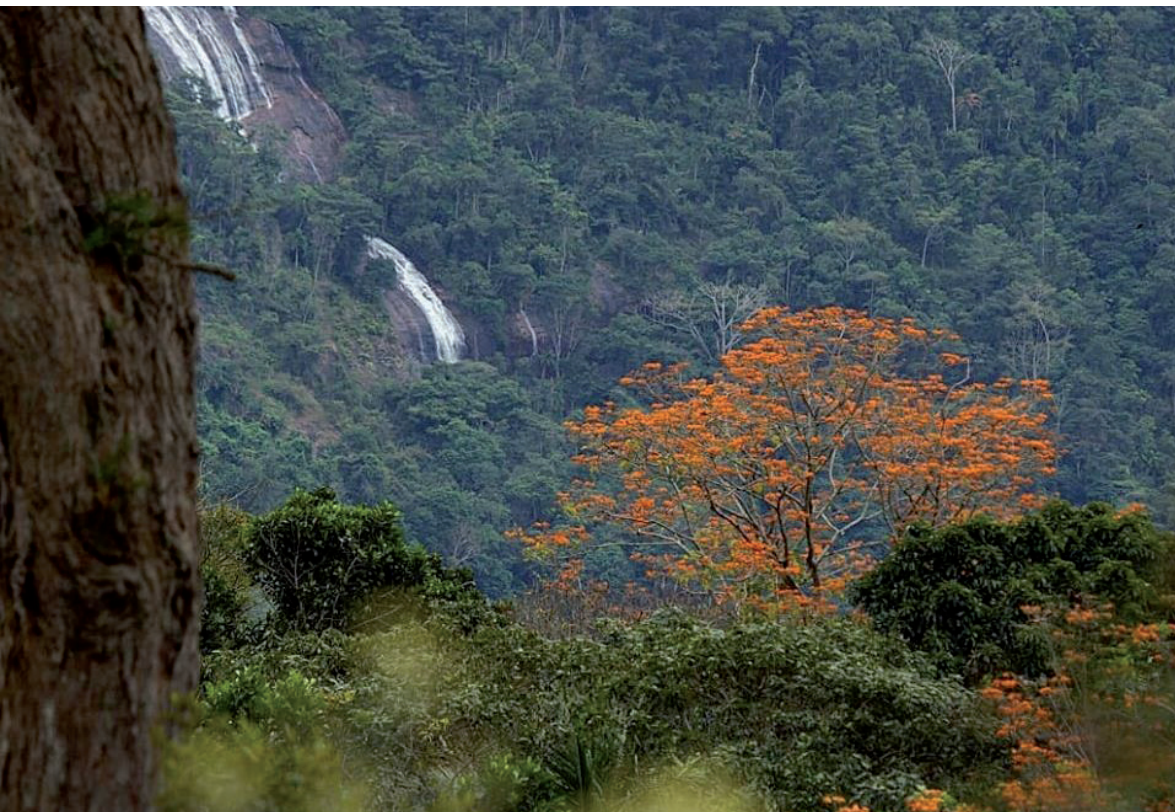
No dia 22 de março, o Parque Nacional do Itatiaia (RJ) incorporou ao seu patrimônio 92,60 hectares, com a doação da primeira gleba, em 2019, para compensação de reserva legal. Desde que foi retomado o processo de regularização fundiária no primeiro parque nacional do Brasil, em 2009, foram incorporadas 38 propriedades ao patrimônio público

da unidade, sendo 13 delas desapropriações administrativas e 25 doações para compensação de reserva legal. O total de área incorporada desde então chega a mais de 2.400 hectares, ampliando para 57% a área pública do parque. Para este ano, a meta é agregar ao menos mil hectares, podendo chegar, no entanto, a mais 4 mil hectares incorporados.



Daniel Toffoli

PARQUE NACIONAL DO ALTO CARIRI (BA)





ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Ivanna Brito

Projeto Gráfico

Bruno Bimbato

Narayanan Miranda

Diagramação

Celise Duarte

Chefe da Divisão de Comunicação

Ricardo Peng

Foto da capa

Vanessa Oliveira

Colaboraram nesta edição

Ana Carolina Sena Barradas – Esec Serra Geral do Tocantins; Diego Santos – APA Costa dos Corais; Embrapa Amazônia Oriental; Gustavo Tomzhinski – Parna do Itatiaia; Juliana Fukuda – APA de Guapi-mirim/Esec da Guanabara; Matheus Lopes Soares – CMA; Ramilla Rodrigues – DCOM; Silvia Neri Godoy – ICMBio Alcatrazes; Solange Aparecida Zanoni – CMA .

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 comunicacao@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



facebook.com/icmbio



youtube.com/canalicmbio



[@icmbio](https://instagram.com/icmbio)



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL